

# Resumo de Políticas elaborado pela PSA sobre Responsabilidade Social dos Programas de Subsídios aos Insumos Agrícolas (PSIAs) no Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia –

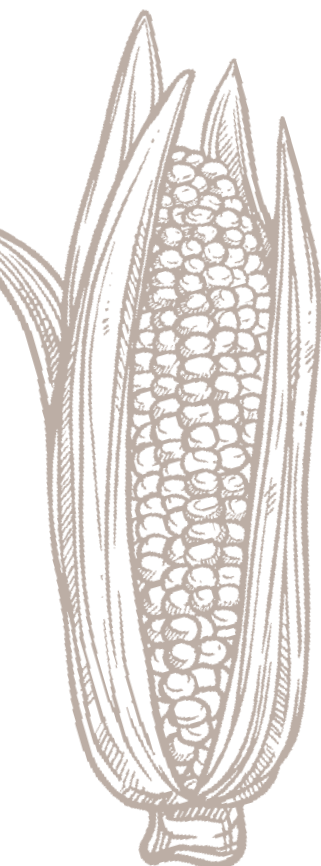
Resumo de Políticas Elaborado por Alex Wijeratna Fevereiro de 2019

presente resumo  
apresenta as principais

## Introdução

O presente resumo apresenta as principais constatações-identificadas pela Partnership for Social Accountability (PSA) Alliance initiative (Aliança de Parceria para Responsabilidade Social) na África Austral (SADC), um consórcio regional da sociedade civil que monitorou os programas de subsídios aos insumos agrícolas (PSIAs) em 4 países da SADC, nomeadamente: Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

Com grande parte do impulso para promover o uso dos PSIAs nesses países orientado pelas estratégias regionais da SADC. CONTINUAR Este documento traz recomendações importantes sobre a responsabilidade social nos PSIAs para os diferentes intervenientes neste processo que serão objecto de discussão durante a Conferência Regional sobre o orçamento, que terá lugar na Zâmbia em Março de 2019, organizada pela *PSA Alliance* e pelo Fórum Parlamentar da SADC.



**O**s PSIAs são programas de subsídios aos insumos agrícolas, aos agricultores que pode incluir pacotes de sementes melhoradas subsidiadas (principalmente milho, arroz ou leguminosas), fertilizantes e pesticidas

químicos, com o objectivo de aumentar a produção de alimentos básicos e combater a pobreza enraizada e a insegurança alimentar. Esses insumos devem ser adquiridos a preços subsidiados, a partir de uma agência governamental, revendedor autorizado ou de um fornecedor comercial.

Dos quatro PSIAs monitorados pela *PSA Alliance*, Zâmbia tem o maior esquema, que actualmente tem como alvo cerca de 1,02 milhões de agricultores<sup>1</sup>; Malawi actualmente tem como alvo 1 milhão de agricultores<sup>2</sup>; Tanzânia atingiu 379.000 agricultores em 2017<sup>3</sup>; dentre estes Moçambique tem menor esquema, com um programa que tem como alvo apenas 24.000 beneficiários em 2018<sup>4</sup>.



1 IAPRI (2018) Revisão do desempenho do E-PSIA durante a época agrícola de 2017/2018, Relatório de Monitoria Maio de 2018, Instituto de Pesquisas de Políticas Agrícolas Indaba (IAPRI): Lusaka, Zâmbia

2 Governo do Malawi (2018) A demonstração orçamental de 2018/2019, pelo Ministro das Finanças, Planeamento Económico e Desenvolvimento, Honorável Goodall E. Gondwe, 18 de Maio de 2018, Governo do Malawi: Lilongwe, Malawi

3 ACB (2018) O futuro do apoio aos pequenos agricultores na Tanzânia: Qual é a direcção após o Sistema Nacional de vouchers de Insumos Agrícolas (NAIVS), Centro Africano de Biodiversidade (ACB): Joanesburgo, África do Sul

4 De Oliveira, W (2018) Prática da E-agricultura que promete: E-vouchers aumentam o uso de insumos agrícolas melhorados em Moçambique, FAO: Roma



Países pobres e altamente endividados, como o Malawi, continuam a gastar grandes somas, cerca de US \$ 57 milhões projectados em 2019<sup>5</sup>, e 53% de todo o seu orçamento agrícola nos PSIA<sup>6</sup>, enquanto a Zâmbia pretende gastar 26% do seu orçamento agrícola no seu PSIA em 2019<sup>7</sup>. Tanzânia gastou 30% do seu orçamento agrícola no seu programa de subsídios em 2017<sup>8</sup>, mas desde então tem eliminado gradualmente este programa e planeia reduzir os preços de produção e aumentar o acesso gastando US\$ 4,7 milhões (11 bilhões de xelins TZ) em fertilizantes químicos e sementes melhoradas em 2019 através do seu Sistema de Aquisição baseado no mercado.<sup>9</sup>

De forma geral em toda a região, estima-se que US \$ 1 bilhão seja gasto nos PSIA<sup>10</sup> por ano em 10 países da África Subsaariana, incluindo Malawi, Moçambique Tanzânia e Zâmbia, representando 14-26% das suas despesas públicas anuais combinadas na agricultura.<sup>10</sup> Apesar dos grandes gastos nos PSIA<sup>10</sup> ao longo da última década, a insegurança alimentar na região da SADC está a aumentar; estima-se que cerca de 29,4 milhões de pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar na região da em 2018; e foram reportadas situações alarmantes de insegurança alimentar em cada país como o Malawi e Zâmbia para 2018/19.<sup>11</sup>

Para além dos elevados custos financeiros e de oportunidade associados aos PSIA<sup>10</sup>, foram levantadas diferentes críticas na região da SADC, nomeadamente:<sup>12</sup>

- Não reduziram significativamente a insegurança alimentar e nutricional generalizada;
- São definidos do topo para base sem participação dos pequenos agricultores, são pouco transparentes
- São mal elaborados e implementados, marginalizando grandemente mulheres rurais e jovens;
- Foram capturados pelas elites;
- Fomentam corrupção e uso indevido de fundos públicos;
- São usados para financiamento político e “clientelismo”;
- Reforçam a cultura de dependência;
- Prendem os agricultores dívidas e numa “rotina de químicos”;
- Promovem uma agricultura insustentável e esgotam os solos férteis;
- Minam os sistemas produção local de sementes;
- Reduzem a diversidade dietética e agro-biológica<sup>13</sup>;

5 Um número de 41,5 bilhões de kwacha malauianos, convertido para US \$ 56.849.000, a uma taxa de 730/MK a US \$, retirado de: UNDP (2018) Malawi: Resumo da Demonstração Orçamental (Ano Financeiro de 2018/19), 24 de Maio de 2018, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Lilongwe, Malawi

6 PNUD (2018) Malawi: Resumo da Demonstração Orçamental (Ano Financeiro de 2018/19), 24 de Maio de 2018, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Lilongwe, Malawi

7 O governo da Zâmbia prevê gastar 1,4 bilhão de kwacha zambianos no PSIA do Orçamento da Agricultura de 5,4 bilhões de kwachas em 2019, ver: Governo da Zâmbia (2018) 2019 Discurso sobre o Orçamento dirigido à Assembleia da República pela sua Excia. Margaret D. Mwanakatwe, MP, Ministra das Finanças, na sexta-feira, 28 de Setembro de 2018, Governo da República da Zâmbia: Lusaka, Zâmbia

8 ACB (2018) O futuro do apoio aos pequenos agricultores na Tanzânia: Qual é a direcção após o Sistema Nacional de vouchers de Insumos Agrícolas (NAIVS), Centro Africano de Biodiversidade (ACB): Joanesburgo, África do Sul

9 Ministério do Plano Finanças da Tanzânia (2018) Orçamento dos Cidadãos, Versão Simplificada do Orçamento do Governo para o Ano Financeiro de 2018/2019, República da Tanzânia Ministério do Plano e Finanças: Dar-es-Salaam, Tanzânia

10 Jayne T et al (2018) Balanço dos programas de subsídios aos insumos agrícolas de segunda geração em África, Política Alimentar, 75 (2018) 1-14

11 Relatório síntese da SADC (2018) sobre o estado da segurança e vulnerabilidade alimentar e nutricional na África Austral 2018, Avaliação e Análise de Vulnerabilidade Regional da SADC (RVAA), SADC: Maseru, Lesoto

12 Vide: Jayne T et al (2018) Balanço dos programas de subsídios aos insumos agrícolas de segunda geração na África, Política Alimentar, 75 (2018) 1-14; ACB (2018) O futuro do apoio aos pequenos agricultores na Tanzânia: Qual é a direcção após o Sistema Nacional de vouchers de Insumos Agrícolas (NAIVS), ACB: Joanesburgo; Programas de Subsídios aos Insumos Agrícolas (PSIA) ACB (2016): Um Benefício para, ou a Traição aos Pequenos Agricultores da SADC, ACB: Joanesburgo; Messina J P et al (2017) Reavaliação do Programa de Subsídio aos Insumos Agrícolas do Malawi, Nature Plants, Vol.3, 17013, 6 de Março de 2017; Kato T & Greeley M (2016) Subsídios aos Insumos Agrícolas na África Subsaariana, Estudos de Desenvolvimento - Passado, Presente e Futuro, Boletim IDS, vol. 47, No.2, Maio de 2016; ACB (2015) Qual o caminho a seguir para os pequenos agricultores da Zâmbia: subsídios aos insumos da Revolução Verde ou da agroecologia? ACB: Joanesburgo

13 A agroecologia é a ciência dos agroecossistemas sustentáveis, é um conjunto de práticas agrícolas e um movimento social. A agroecologia baseia-se nas ciências sociais, biológicas e agrícolas e integra-as aos conhecimentos e culturas tradicionais, indígenas e dos agricultores. Centra-se nas interações entre microorganismos, plantas, animais, seres humanos e meio ambiente. Altamente intensivo em conhecimento, contexto específico e localmente adaptável, suas tecnologias são desenvolvidas com base no conhecimento dos agricultores e na experimentação participativa nos campos agrícolas. Adoptado por milhões de pessoas em todo o mundo, o conhecimento e as habilidades em agroecologia são “redimensionados” ou transmitidos horizontalmente de forma mais poderosa através de “protagonismo do camponês” e de métodos “agricultor-para-agricultor” orientados por movimentos sociais. Os princípios-chave da agroecologia incluem a reciclagem de nutrientes e energia no campo agrícola, em vez de introduzir insumos químicos externos; integração de culturas e gado; diversificação de espécies e recursos genéticos; e concentrando-se nas interações e na produtividade em todo o agroecossistema, em vez de se concentrar em espécies individuais. Altamente centradas nas pessoas, as principais abordagens agroecológicas incluem gestão integrada de pragas e nutrientes, lavoura de conservação, agrossilvicultura, aquicultura, captação de água e integração da pecuária. “Fornecido pela ActionAid (2018). Agroecologia: ampliação, escalonamento. <http://www.actionaid.org/publications/agroecology-scaling-scaling-out>. Também: Altieri, M (1995) Agroecologia: A ciência da agricultura sustentável, 2ª edição, Westview Press, Boulder, CO; Gliessman, S (1998) Agroecologia: Processos ecológicos na agricultura sustentável, Ann Arbor Press, Chelsea, MI II Mier e Terán, M et al (a ser publicado) Trazendo a agroecologia à escala: principais impulsionadores e casos emblemáticos, agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis. De Schutter. O (2010) Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre o direito à alimentação, Olivier De Schutter, Décima sexta sessão do Conselho de Direitos Humanos, item 3 da agenda, A/HRC/16/49. Petty, J (2008) Abordagens agroecológicas para o desenvolvimento agrícola, Documento de referência para o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, Banco Mundial: Washington, DC.

- Exacerbam as consequências das mudanças climática e ignoram as principais alternativas, como a agroecologia;
- Excluem pequenos agricultores na elaboração, implementação, monitoria e avaliação dos PSIA's.

## Parceria para Responsabilidade Social (PSA)

Em resposta a essas preocupações, a Parceria para Responsabilidade Social (PSA) estabeleceu o projecto Reforçar a Prestação de Contas e Supervisão na Agricultura e Saúde em quatro países para garantir que pequenos agricultores e organizações da sociedade civil (OSCs) pudessem monitorar e avaliar o uso de recursos públicos, aumentar a transparência e prestação de contas relativamente aos PSIA's e garantir que as necessidades dos pequenos agricultores sejam tomadas em conta.

A *PSA Alliance* é um consórcio, constituído pela ActionAid Internacional, Fórum de Pequenos Agricultores da África Austral e Oriental (ESAFF), Public Service Accountability Monitor (PSAM)

e SAfAIDS, com apoio da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC). A *PSA Alliance* usa uma abordagem baseada em direitos e evidências, baseada no modelo do PSAM do sistema de responsabilização social, envolvendo cinco processos de gestão de recursos públicos, para monitorar e avaliar os seguintes aspectos de prestação de serviços públicos dos PSIA's, nomeadamente:

- 1) Planificação Estratégica e Alocação de Recursos** – Avaliou se os planos estratégicos priorizam as necessidades de segurança alimentar específicas de cada contexto e os recursos públicos que estão disponíveis para a provisão de serviços públicos relativamente aos PSIA's.
- 2) Gestão das despesas** – Avaliou a utilização dos recursos públicos disponíveis; para aferir que os gastos estejam dentro dos limites e nas áreas prioritárias planeadas do PSIA, de forma, eficaz e eficiente.
- 3) Gestão do desempenho** – Avaliou se as prioridades planeadas do PSIA são alcançadas e sustentadas, com os resultados que melhoram ao longo do tempo a segurança alimentar.
- 4) Gestão da integridade pública** – Avaliou os mecanismos que existem e as acções correctivas tomadas em resposta ao uso indevido de recursos públicos.
- 5) Supervisão** – avaliou até que ponto funcionários públicos ou prestadores de serviços são chamados a prestar contas pelos órgãos de supervisão relevantes, para que o sistema no qual os recursos públicos são geridos alcance um impacto significativo e duradouro para famílias e cidadãos com insegurança alimentar.

Os parceiros da *PSA Alliance* organizaram cerca de 32 reuniões de avaliação ao nível das aldeias e dos distritos com recurso ao cartão de pontuação comunitária durante os anos de 2017 e 2018, envolvendo cerca de 2.850 pequenos agricultores, para avaliar e analisar a implementação dos PSIA's nos quatro países-alvo.<sup>14</sup> A *PSA Alliance* também realizou análise ao orçamento distrital e nacional para agricultura e PSIA, monitoria contínua de prestação de serviços locais e distritais e avaliações nacionais dos PSIA's.

## Compromissos regionais

Os compromissos regionais desempenharam um papel importante na promoção dos PSIA's nos quatro países neste estudo. No início de 2003, os países membros da União Africana assinaram a Declaração de Maputo, em que se comprometeram a aumentar o orçamento agrícola para 10%, atingindo um crescimento agrícola de 6%, e a criação do Programa Integrado para o Desenvolvimento de Agricultura em África (CAADP).<sup>15</sup>

14 No Malawi, as reuniões de avaliação da comunidade local, dos cartões de pontuação comunitária e distrital dos PSIA's foram realizadas em Mkanda, Mikundi, Kalulu e Zulu no distrito de Mchinji em Agosto de 2018; Em Moçambique, as reuniões de avaliação da comunidade local, dos cartões de pontuação comunitária e distrital dos PSIA's foram realizadas em Chibuto com as comunidades de Godide, Alto Changane, Chipadja, Maqueze e Changanini Chaimite, Mukhotweni, Maniquiniqui e Mukhotweni entre Março de 2017 e Janeiro de 2018; Na Tanzânia, as reuniões de avaliação da comunidade local, dos cartões de pontuação comunitária e distrital dos PSIA's foram realizadas em Mhenda, Ilonga, Mvumi, Ulaya e Ludewa no distrito de Kilosa, Idivili, Hasamba, Igamba, Msiya, Iyula e Itaka no distrito de Mbozi e em Ilonga, Mvumi, Rudewa, Ulya e Mhenda em Kilosa entre Novembro de 2017 e Março de 2018; Na Zâmbia, as reuniões de avaliação da comunidade local, dos cartões de pontuação comunitária e distrital dos PSIA's foram realizadas em Mafuta, Mawawa, Kande e Sefula, em Mongu, entre Fevereiro de 2017 e Agosto de 2018.

15 Para Declaração de Maputo, vide: <https://bit.ly/2PQ4EhX>



Pouco tempo depois, os estados membros da SADC assinaram a Declaração de Dar-es-Salaam em 2004, que estabelece áreas prioritárias para alcançar a segurança alimentar, incluindo abordagens a curto prazo, como garantir acesso a sementes de qualidade, fertilizantes e agroquímicos.<sup>16</sup>

O quadro de políticas do CAADP pretendia transformar o sector agrícola da região e uma das suas primeiras iniciativas foi a Cimeira Africana sobre Fertilizantes em 2006. A partir desta, surgiu a Declaração de Abuja sobre Fertilizantes para a Revolução Verde Africana, que comprometeu os signatários a aumentarem seis vezes a intensidade do uso de fertilizantes em seus países, para uma média de 50kg por hectare.<sup>17</sup> Uma das formas para implementação disso era através de programas de subsídios aos insumos destinados ao aumento do acesso a fertilizantes pelos pequenos agricultores.<sup>18</sup> O compromisso com a Declaração de Maputo foi reafirmado em 2014, através de assinatura da Declaração de Malabo, e isto constitui a base para o Plano Estratégico Indicativo para o Desenvolvimento Regional 2015-2020 (RISDP) Revisto da SADC.<sup>19</sup> Este estabelece uma agenda comum para a transformação estrutural das economias que dependem da agricultura da região e prioriza o aumento do acesso a insumos agrícolas, incluindo sementes melhoradas e fertilizantes.<sup>20</sup>

Os compromissos contidos no RISDP são elaborados posteriormente em:

- Política Agrícola Regional (RAP) da SADC de 2013;
- Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC 2015-2025 (ESAN); e
- Plano da SADC para Investimento e Implementação (2017-2022) da Política Agrícola Regional (RAIP) a partir de 2016.<sup>21</sup>

Estas estratégias priorizam o aumento no acesso a sementes melhoradas e insumos agrícolas, como fertilizantes. Com o apoio de um novo Fundo de Desenvolvimento Agrícola da SADC e um mecanismo de cofinanciamento de US \$1,3 bilião, essas estratégias dão ênfase à produção agrícola sustentável e à ampla participação e consulta durante sua implementação.<sup>22</sup> Embora façam estes compromissos, sem dúvida as lacunas mais óbvias são que estas estratégias não se baseiam no direito humano de concretizar o direito à alimentação e nutrição adequadas para todos e não estão alinhadas com o objectivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para erradicação de todas as formas de fome e desnutrição até 2030.<sup>23</sup> Em vez disso, o objectivo da Estratégia de SAN da SADC é reduzir significativamente a insegurança alimentar e nutricional na região até 2025. A RAIP da SADC também subestima a ameaça das mudanças climáticas para a agricultura na região, orçamentando apenas uma pequena fracção, designando apenas US \$ 14 milhões (de um total de US \$ 1,3 bilião) para adaptação e mitigação às mudanças climáticas.<sup>24</sup>

Dos quatro países-alvo só Malawi cumpriu o compromisso da Declaração de Malabo de alocar consistentemente pelo menos 10 por cento das suas despesas públicas na agricultura<sup>25</sup>, as estratégias, políticas e planos nacionais de alimentos e agricultura do Malawi, Tanzânia e Zâmbia estão mais alinhados com CAADP e com as prioridades da SADC.

16 Para Declaração de Dar-es-Salaam, vide: <https://bit.ly/2EzVRPc>

17 Para Declaração de Abuja sobre Fertilizantes para a Revolução Verde Africana vide: <https://bit.ly/2T4bbrW>

18 Vide: FAO (2014) *Decisões sobre as políticas alimentares e agrícolas, Tendências, questões emergentes e alinhamento de políticas desde a crise de segurança alimentar de 2007/2008*, FAO: Roma; Lunduka R et al (2013) *Quais são os impactos ao nível da exploração agrícola do programa de subsídios aos insumos agrícolas do Malawi? Uma revisão crítica*, *Agricultural Economics* 44: 563-579

19 *Oxfam* (2015) *Além de Boas Intenções, Política agrícola na região da SADC*, Oxfam GB: Oxford, Reino Unido

20 SADC (2017) *Resumo do Plano Estratégico Indicativo para o Desenvolvimento Regional Revisto 2015-2020, Comunidade para o desenvolvimento da África Austrália (SADC): Gaborone, Botswana*

21 Vide: Plano da SADC para Gestão de Investimentos e Implementação da (2016) (2017 - 2022) da Política Agrícola Regional, SADC: Gaborone, Botswana; Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC (2014) 2015 - 2025, SADC: Gaborone, Botswana; Política Agrícola Regional da SADC (2013), SADC: Gaborone, Botswana

22 Plano da SADC para Gestão de Investimentos e Implementação (2016) (2017 - 2022) da Política Agrícola Regional, SADC: Gaborone, Botswana

23 Para Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, vide: <https://bit.ly/1lqCxS>

24 Plano da SADC para Gestão de Investimentos e Implementação (2016) (2017 - 2022) da Política Agrícola Regional, SADC: Gaborone, Botswana

25 Relatório Bial Inaugural de Balanço CUA (2018) da Comissão da União Africana sobre a Implementação da Declaração de Malabo para o Crescimento Acelerado da Produção e da Transformação Agrícolas para uma Prosperidade Partilhada e Meios de Vida Melhorados, 28-29 de Janeiro de 2018, Comissão da União Africana (CUA): Addis Abeba, Etiópia



Apoiados por doadores-chave como o Banco Mundial e a USAID, os PSiAs do Malawi e da Zâmbia e o Sistema de Aquisição de fertilizantes (BPS) da Tanzânia alinham-se com a “Revolução Verde” da SADC e a abordagem de uso intensivo de insumos externos. Em contraste, Moçambique colocou o direito à alimentação no centro da sua Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (agora ESAN III) e desenvolveu uma abordagem mais participativa, consultiva e multisectorial, que é mais dirigida pelas necessidades dos cidadãos.<sup>26</sup>

## Constatações-Chave da Monitoria de Responsabilidade Social

Destacamos, abaixo, as principais constatações das 32 reuniões ao nível das aldeias e dos distritos, organizadas pela *PSA Alliance*, envolvendo um número estimado de 2.850 pequenos agricultores para monitorar e avaliar os PSiAs no Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia durante os anos de 2017 e 2018. A análise também considerou a monitoria do orçamento do PSIA e outros estudos, documentos e relatórios da comunicação social dos países-alvo.

### Processo 1 – Planeamento e alocação de recursos

As reuniões resultantes da aplicação do cartão de pontuação comunitária em três dos quatro países - Malawi, Tanzânia e Zâmbia - evidenciaram que os pequenos agricultores a nível das aldeias não estavam envolvidos em nenhuma consulta ou estavam envolvidos numa consulta muito limitada na fase de planeamento dos seus PSiAs e planos distritais do sector de agricultura.<sup>27</sup> Isto coincide com outros estudos nacionais mais amplos. Na Zâmbia, por exemplo, estudos mostraram que os pequenos agricultores, s, geralmente não eram consultados durante os processos de planeamento do PSIA.<sup>28</sup> Um exercício de cartão de pontuação comunitária em Mchinji, no Malawi, mostrou que havia uma representação muito baixa de mulheres e jovens nas estruturas de desenvolvimento que alimentavam o planeamento do PSIA e avaliação das necessidades, como os Comitês do Desenvolvimento de Aldeias e Desenvolvimento da Áreas, assim como as estruturas distritais e nacionais.<sup>29</sup> Igualmente, 25 pequenos agricultores em Mawawa, no distrito de Mongu, Zâmbia, fizeram uma avaliação do PSIA, usando o cartão de pontuação comunitária e deram a pontuação baixa, de zero (num total de cinco pontos) para consulta a pequenos agricultores no seu plano distrital de agricultura. Os pequenos agricultores dizem que nunca foram consultados e nem sabiam que havia um plano distrital para a agricultura. “A consulta nunca é feita”, concluem.<sup>30</sup>

Devido a essa falta de participação, muitas das necessidades dos pequenos agricultores (particularmente os de sexo feminino) não estão reflectidas ou priorizadas nos planos estratégicos distritais. A pesquisa da *PSA Alliance* no Malawi constatou que os planos distritais foram desenvolvidos e submetidos ao Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico depois de o Ministério ter já finalizado a proposta dos planos e orçamentos nacionais, e, portanto, foram incapazes de influenciá-los.<sup>31</sup> Para ilustrar a discrepância, as constatações do cartão de pontuação comunitária do Malawi, Tanzânia e Zâmbia destacam que muitas comunidades de pequenos agricultores dizem não ter acesso a serviços essenciais, como agentes de extensão rural, e que os custos de acesso a sementes híbridas e fertilizantes químicos subsidiados do PSIA eram muito elevados, a sua qualidade não é confiável, e as sementes híbridas geralmente não sobrevivem a condições climáticas adversas.<sup>32</sup>



26 De Schutter (2010) Países que combatem fome com uma abordagem de direito à alimentação, Nota informativa 01, de Maio de 2010, Olivier De Schutter, Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação

27 Vide: PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido); MIICO (2017) Um relatório sobre o cartão de pontuação comunitária (CPC) realizado no conselho distrital de Mbozi de 27 a 30 de Novembro de 2017, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); MVIWATA/ActionAid (2017) Relatório do Exercício do Cartão de Pontuação Comunitária de 4-6 / 12/2017, MVIWATA, Morogoro, Tanzânia (disponível mediante o pedido); ActionAid/ESAFF (2018) Relatório de diálogo comunitário, escola comunitária de Nalwei, Zâmbia, 28 de Agosto de 2018, ActionAid/ESAFF (disponível o mediante pedido); CSPR (2017) Relatório sobre a reunião de partes interessadas do distrito e desenvolvimento de cartões de pontuação comunitária em Mongu, Sociedade Civil para a Redução da Pobreza (CSPR): Lusaka, Zâmbia (disponível mediante o pedido); Relatório de Interface Comunitária CSPR (2017) para a Comunidade Mafuta, CSPR: Lusaka, Zâmbia (disponível mediante o pedido)

28 Vide: FAO (2018) Série de Avaliação de Género no País, Perfil nacional de género da agricultura e meios de vida rurais, FAO: Roma; ACB (2015) Qual é o caminho a seguir para os pequenos agricultores da Zâmbia: subsídios de insumos da Revolução Verde ou agroecologia? ACB: Joanesburgo

29 Vide: PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido)

30 CSPR (2017) Relatório sobre o encontro de partes interessadas do distrito e o desenvolvimento do cartão de pontuação comunitária em Mongu, CSPR: Lusaka, Zâmbia (disponível mediante o pedido)

31 ActionAid Internacional (sem data) País de Referência: Malawi, Sector de políticas: Agricultura, ActionAid Internacional: Joanesburgo (disponível mediante o pedido)

32 Vide: CSPR (2017) CSPR-ActionAid Relatório do Terceiro Trimestre 2017, uma Zâmbia onde os cidadãos têm autonomia e têm acesso às necessidades básicas, CSPR: Lusaka, Zâmbia (disponível mediante o pedido); PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido)

Moçambique, no entanto, é o único país onde o processo de planeamento agrícola distrital é institucionalmente estabelecido para ser consultivo. Com base no princípio do direito à alimentação da participação activa dos cidadão, existem conselhos consultivos locais em todos os distritos, com uma melhor governação participativa em distritos como Chibuto e Marracuene. As consultas a nível provincial realizam-se através de um Observatório de Desenvolvimento, que inclui uma matriz de monitoria das recomendações da sociedade civil que são regularmente revistas e supervisionadas. Embora os planos e orçamentos distritais sejam fortemente influenciados pelas elites locais e pelos interesses partidários, a extensão rural centrada nos pequenos agricultores e a investigação agrícola são, sem dúvida, a maior prioridade orçamental de Moçambique.<sup>33</sup> As redes de pequenos agricultores e OSCs também desempenham um papel importante de orientação e supervisão do novo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) de Moçambique.<sup>34</sup>

Todos os países, excepto Malawi, não conseguiram alcançar o compromisso da Declaração de Malabo de alocar pelo menos 10 % das despesas públicas para agricultura, e as pesquisas de PSA nosos quatro países concluem que o tipo e a qualidade do apoio e alocação total de recursos são insuficientes para atender as necessidades crescentes de pequenos agricultores pobres em recursos.<sup>35</sup>

## Processo 2 – Gestão da despesa

A pesquisa da *PSA Alliance* constatou que a monitoria da despesa pública na agricultura e os orçamentos do PSIA no Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia são caracterizados por desafios significativos, lacunas e falta de transparência.<sup>36</sup> Irregularidades, alegações de corrupção e má utilização de fundos públicos relativamente aos PSIA já foram amplamente divulgadas no Malawi, na Tanzânia e na Zâmbia.<sup>37</sup> A recente análise do orçamento da *PSA Alliance* da Tanzânia mostra que Ministérios e departamentos relevantes desembolsam orçamentos de programas agrícolas ao nível distrital, mas os fundos são frequentemente desembolsados tarde (às vezes no final do ano financeiro) e invariavelmente as autoridades distritais recebem a alocação total anunciada nos discursos sobre orçamento anteriores.<sup>38</sup>

33 Care/ActionAid (2017) Moçambique, Análise de políticas, Segurança alimentar, nutrição, resiliência às alterações climáticas, género e os pequenos agricultores, Care Internacional/ActionAid: London/Johannesburg

34 SUN (2018) Moçambique, transformações institucionais em 2017-2018, relatório de Progresso anual do Movimento SUN 2018, Scaling Up Nutrition (SUN)

35 Vide: PSA/TACOSODE (2019) Um relatório sobre a análise de relatórios do governo para o sector agrícola (Relatórios de planos, relatórios de despesas, relatórios gerais de auditoria), apresentado por Mwiru Sima, Janeiro de 2019, PSA/Tanzânia Conselho de Desenvolvimento Social: Dar-es-Salaam (disponível mediante o pedido); NGOCC/ActionAid (2018) Análise Orçamental sobre o Discurso Orçamento Nacional de 2019 proferido pela Sua Excia. Ministra das Finanças, Margaret Mwanakatwe, na sexta-feira, 28 de Setembro de 2018, Submetido pelo Conselho Coordenador das Organizações de Género Não-Governamentais (NGOCC) e ActionAid Zâmbia (disponível mediante o pedido); CISANET (2018) Validação do Estudo Intra-Orçamental de Agricultura do Distrito, Aldred Kambwiri, Director do Programa, Rede da Sociedade Civil Agrícola (CISANET): Malawi (disponível mediante o pedido); GMD (2018) Análise da Planificação e Gestão do Orçamento do Estado (2016-2018), Junho de 2018, Grupo Moçambicano da Dívida (GMD): Maputo

36 Vide: PSA/TACOSODE (2019) Um relatório sobre a análise de relatórios do governo para o sector agrícola (Relatórios de planos, relatórios de despesas, relatórios gerais de auditoria), apresentado por Mwiru Sima, Janeiro de 2019, PSA/Tanzânia Conselho de Desenvolvimento Social, Dar-es-Salaam (disponível mediante o pedido); NGOCC/ActionAid (2018) Análise Orçamental sobre o Discurso Orçamento Nacional de 2019 proferido pela Sua Excia. Ministra das Finanças, Margaret Mwanakatwe, na sexta-feira, 28 de Setembro de 2018, Submetido pelo Conselho Coordenador das Organizações de Género Não-Governamentais (NGOCC) e ActionAid Zâmbia (disponível mediante o pedido); CISANET (2018) Validação do Estudo Intra-Orçamental de Agricultura do Distrito, Aldred Kambwiri, Director do Programa, Rede da Sociedade Civil Agrícola (CISANET): Malawi (disponível mediante o pedido); GMD (2018) Análise da Planificação e Gestão do Orçamento do Estado (2016-2018), Junho de 2018, Grupo Moçambicano da Dívida (GMD): Maputo

37 Vide: "PSIAs de capões gratuitos para todos", Jonathan Pasungwi, 14 de Dezembro de 2018, The Nation, Malawi; Chikobola M & Tembo G (2018) Lacunas na implementação do sistema de e-voucher na Zâmbia: implicações para estratégias para tornar o modelo eficiente e eficaz, Revista Africana de Economia Agrícola e de Recursos, 2018 Vol.13 No.2 pp193- 197 Ref 10; Kato T & Greeley M (2016) Subsídios aos Insumos Agrícolas na África Subsaariana, Estudos de Desenvolvimento - Passado, Presente e Futuro, Boletim IDS, vol. 47, n2, Maio de 2016; ACB (2018) O futuro do apoio aos pequenos agricultores na Tanzânia: Qual é a direcção após o Sistema Nacional de Subsídios aos Insumos Agrícolas (NAIVS), ACB: Joanesburgo; Resnick D (2016) O que impulsiona a reforma da política de subsídio aos insumos? O Caso da Zâmbia, 2002-2016, Documento de Discussão do IFPRI 01572, IFPRI: Washington, DC; Dorward A et al (2013) Avaliação do Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas de 2012/13, Malawi, Relatório Final, Novembro 2013, Realizado para o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, Malawi, Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), Universidade de Londres

38 Vide: PSA/TACOSODE (2019) Relatório sobre a análise de relatórios do governo para o sector agrícola (Relatórios de planos, relatórios de despesas, relatórios gerais de auditoria), apresentado por Mwiru Sima, Janeiro de 2019, PSA/Tanzânia Conselho de Desenvolvimento Social: Dar-es-Salaam (disponível mediante o pedido); NASFAM (2018) Fortalecimento da Responsabilidade Social e a Supervisão em Saúde e Agricultura na África Austral, Relatório de Resumo Técnico, Actividades do Sector Agrícola, Julho de 2018, Associação Nacional de Pequenos Agricultores do Malawi (NASFAM): Lilongwe, Malawi



A análise do orçamento de Moçambique feita pela *PSA Alliance* em 2018 considera que mais de 50 % do orçamento foi disponibilizado enquanto apenas 10 por cento do tempo foi dedicado para sua implementação.<sup>39</sup>

A responsabilidade financeira relativamente aos PSIA é um assunto-chave. No Malawi, a comunicação social constatou regularmente escândalos de corrupção que envolvem políticos e funcionários públicos, o que é uma indicação clara de que os recursos públicos não estão a ser geridos de forma adequada. Os processos de concursos opacos para contratos dos PSIA são outra preocupação-chave<sup>40</sup>, e muitas vezes há notícias sobre adjudicações duvidosas de contratos aos políticos ou empresas para fornecer insumos agrícolas no âmbito dos PSIA.<sup>41</sup> O rastreio da despesa pública do Malawi também mostra uma falta de estruturas de planeamento distritais, tais como Planos Distritais de Implementação ou Trabalho Agrícola, o que representa um desafio para realizar o rastreio da despesa.<sup>42</sup> Além disso, a implementação de actividades no Malawi não está claramente documentada e os planos e relatórios sobre as despesas não são registados de acordo com as metas planeadas ou de acordo com as prioridades distritais, dando espaço para a má gestão dos fundos públicos.<sup>43</sup>

A transparência e a responsabilidade social são ainda fragilizadas, uma vez que os relatórios financeiros mensais e trimestrais não são precisos ou disponibilizados ao público a tempo na Zâmbia, enquanto cerca de 70 % dos financiamentos são suportados pelos doadores fora do orçamento, no Malawi e, conseqüentemente, não passa pelo sistema oficial de relatórios financeiros do IFMIS (sistema integrado de informações da gestão financeira).<sup>44</sup> Apenas trimestralmente, mas não mensalmente, os relatórios de despesas estão disponíveis em Moçambique<sup>45</sup>; no Malawi, os relatórios do distrito nem sempre são apresentados publicamente nos quadros informativos do conselho, conforme as exigências<sup>46</sup>; e na Tanzânia os relatórios orçamentais não são tornados públicos ao nível das aldeias.<sup>47</sup> No geral, os gastos são inconsistentes nos quatro países e não estão alinhados com os orçamentos. Em Moçambique, a execução foi de apenas 58% do orçamento inicial em 2018<sup>48</sup>, enquanto os gastos estão sempre abaixo do orçamento na Tanzânia<sup>49</sup>, onde o orçamento aprovado pelo Parlamento é sempre maior do que o desembolso final para o sector.

### Processo 3 – Gestão do desempenho

A pesquisa da *PSA Alliance* nos quatro países constatou níveis variados de preocupação com a gestão do desempenho dos seus PSIA. Todos evidenciaram que o PSIA não foi implementado conforme planeado e orçado. No Malawi, a maioria dos distritos opera sem os Planos de Desenvolvimento Distrital (DDP); em distritos como Mchinji, o DDP expirou há 12 anos, enquanto em Nsanje expirou há oito anos.<sup>50</sup>



39 GMD (2018) *Análise Da Planificação e Gestão Do Orçamento Do Estado (2016-2018)*, June 2018, Grupo Moçambicano da Dívida (GMD): Maputo

40 Relatório sobre Corrupção no Malawi, 'Portal Anticorrupção Empresarial GAN, acessado em 9 de Fevereiro de 2019

41 Vide: "Governo suspende PSIA no meio de caos", Archibald Kasakura, 8 de Novembro de 2018, *The Nation, Malawi*; "A ACB prende o chefe da Tansglobe no escândalo do 'Maizegate'", Nyasa Times, Malawi, 20 de Julho de 2017; "PSIA é caótico - Parlamento", *The Times, Malawi*, 11 de Novembro de 2015

42 NASFAM (2018) *Fortalecimento da Responsabilidade Social e a Supervisão em Saúde e Agricultura na África Austral, Relatório Técnico Resumido, Actividades do Sector Agrícola, Julho de 2018, NASFAM: Lilongwe, Malawi*

43 NASFAM (2018) *Fortalecimento da Responsabilidade Social e a Supervisão em Saúde e Agricultura na África Austral, Relatório Técnico Resumido, Actividades do Sector Agrícola, Julho de 2018, NASFAM: Lilongwe*

44 Medo sobre o aumento do apoio fora do orçamento», *The Nation, Malawi*, 4 de julho de 2016

45 GMD (2018) *Análise Da Planificação e Gestão Do Orçamento Do Estado (2016-2018)*, Junho 2018, Grupo Moçambicano da Dívida (GMD): Maputo

46 NASFAM (2018) *Fortalecimento da Responsabilidade Social e a Supervisão em Saúde e Agricultura na África Austral, Relatório Técnico Resumido, Actividades do Sector Agrícola, Julho de 2018, NASFAM: Lilongwe*

47 PSA/TACOSODE (2019) Relatório sobre a análise de relatórios do governo do sector agrícola (Relatórios sobre planos, relatórios sobre despesas, relatórios gerais do auditor), apresentado por Mwiru Sima, Janeiro de 2019, PSA/Tanzânia Conselho de Desenvolvimento Social, Dar-es-Salaam (disponível mediante o pedido)

48 GMD (2018) *Análise do Planeamento e Gestão do Orçamento do Estado (sectores da Agricultura e Saúde)*, Grupo Moçambicano da Dívida (GMD): Maputo

49 PSA/TACOSODE (2019) Relatório sobre a análise de relatórios do governo do sector agrícola (Relatórios sobre planos, relatórios sobre despesas, relatórios gerais do auditor), apresentado por Mwiru Sima, Janeiro de 2019, PSA/Tanzânia Conselho de Desenvolvimento Social, Dar-es-Salaam (disponível mediante o pedido)

50 Vide: PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido)

Isso dificulta o rastreamento de indicadores de desempenho e a penalização por baixo desempenho. Na Tanzânia não houve monitoria do desempenho do programa trimestralmente nos distritos focais de Kilosa e Mbozi, e os relatórios anuais de desempenho não estavam disponíveis para o público.<sup>51</sup> Os processos de monitoria estão em vigor em Moçambique, mas nem todos são implementados.

Abaixo, as avaliações do cartão de pontuação comunitária da *PSA Alliance* aos PSIA's no Malawi, Moçambique, na Tanzânia e na Zâmbia descobriram sérias lacunas na implementação ao nível das bases e uma profunda falta de resposta às necessidades dos pequenos agricultores.<sup>52</sup> Essas lacunas incluem:

### Direccionamento injusto PSIA



Consistente com vários outros relatórios<sup>53</sup>, os pequenos agricultores no Malawi, na Tanzânia e na Zâmbia afirmam nas reuniões cartão de pontuação comunitária que os agricultores em melhor situação e até os beneficiários 'fantasmas' falsos são frequentemente seleccionados fraudulentamente para receber subsídios de insumos e que mulheres, viúvas e jovens, os mais pobres ou portadores de deficiências ou o HIV/AIDS muitas vezes são excluídos.<sup>54</sup> Um cartão de pontuação comunitária que envolve 414 membros da comunidade mostrou que pessoas de alta renda foram acusadas de subornar beneficiários para obter seus subsídios em Mbozi, na Tanzânia.<sup>55</sup> Nas reuniões do cartão de pontuação comunitária em Malawi e Zâmbia<sup>56</sup>, as

elites também são acusadas de capturar os processos do comité de alocação dos subsídios às aldeias e distribuir-los para fins privados ou financiamento político. Constatações de um exercício cartão de pontuação comunitária envolvendo 200 pequenos agricultores em quatro áreas em Mchinji, no Malawi, em 2018, alegam que os subsídios do PSIA foram fraudulentamente atribuídos a agro-comerciantes ricos, em vez de serem canalizados a pequenos agricultores que mais merecem, e concluem que a prática era generalizada naquele distrito.<sup>57</sup>

51 MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária (CPC) realizado no Conselho Municipal de Mbozi de 27 a 30 de Novembro de 2017, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido)

52 Vide: PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido); MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária (CPC) realizado no Conselho Municipal de Mbozi de 27 a 30 de Novembro de 2017, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); MVIWATA/ActionAid (2017) Relatório do Exercício do Cartão de Pontuação Comunitária de 4-6 / 12/2017, MVIWATA, Morogoro, Tanzânia (disponível mediante o pedido); ActionAid/ESAFF (2018) Relatório de diálogo comunitário, escola comunitária de Nalwei, Zâmbia, 28 de Agosto de 2018, ActionAid/ESAFF (disponível o mediante pedido); CSPR (2017) Relatório sobre a reunião de partes interessadas do distrito e o desenvolvimento do cartão de pontuação comunitária em Mongu, CSPR: Lusaka (disponível mediante o pedido); Interface Comunitária CSPR (2017) para a Comunidade Mafuta, CSPR: Lusaka (disponível mediante o pedido)

53 Vide: Kato T&Greeley M (2016) Subsídios aos Insumos Agrícolas na África Subsaariana, Estudos de Desenvolvimento - Passado, Presente e Futuro, Boletim IDS, vol. 47, No.2, Maio de 2016; «Limpar as redes com 20 000 fantasmas», Zambia Daily Mail, Nkombo Kachemba e Arthur Mwansa, 6 de abril de 2017; "PSIA falhou, e precisa de ser revisto - ministro da Agricultura da Zâmbia", African Farming, Davis Mulenga, 30 de Novembro de 2016

54 Vide: ActionAid/ESAFF (2018) Relatório de Diálogo da Comunidade, Escola Comunitária de Nalwei, Zâmbia, 28 de Agosto de 2018, ActionAid/ESAFF; CSPR (2017) Relatório sobre a reunião de partes interessadas do distrito e o desenvolvimento do cartão de pontuação comunitária em Mongu, Sociedade Civil para Redução da Pobreza, CSPR: Lusaka (disponível mediante o pedido); MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária relativamente à prestação de serviços na Agricultura e Saúde no distrito de Mbozi, elaborado por Adam Siwngwa, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária (CPC) realizado no Conselho Municipal de Mbozi de 27 a 30 de Novembro de 2017, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido);

55 Cerca de 24 discussões do grupo de foco do cartão de pontuação comunitária sobre os serviços NAIVS e HIV/IDS foram realizadas em oito aldeias em Mbozi na Tanzânia, envolvendo 414 membros da comunidade em 2017; MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária relativamente à prestação de serviços na Agricultura e Saúde no distrito de Mbozi, Abril 2017, MIICO: Dar-es-Salaam

56 Cerca de 201 pessoas participaram de discussões do Cartão da Pontuação Comunitária com funcionários de extensão agrícola em Mkanda, Mikundu, Kalulu e Zulu em Mchinji, entre 3 e 7 de Julho de 2018; vide: PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido); foram realizadas reuniões de cartão de pontuação comunitária em Mongu e foram realizadas reuniões comunitárias em Mawawa e Kande na Zâmbia, envolvendo 53 participantes em Fevereiro de 2017, incluindo funcionários do distrito, representantes dos agricultores, OSC e comunicação social; CSPR (2017) Relatório sobre a reunião de partes interessadas do distrito e o desenvolvimento do cartão de pontuação comunitária em Mongu, CSPR: Lusaka (disponível mediante o pedido);

57 PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido);



## Distribuição cara, falsa ou tardia de insumos

Pequenos agricultores em 10 aldeias na Tanzânia, quatro comunidades locais no Malawi e duas comunidades locais na Zâmbia dizem, nas reuniões de cartão de pontuação comunitária, que insumos subsidiados são muito caros, agro-comerciantes frequentemente exigem pagamentos extras injustos e fertilizantes químicos e sementes híbridas são frequentemente distribuídos muito tarde para cultivo.<sup>58</sup>

Há muito que a fonte de preocupação no Malawi<sup>59</sup>, a supervisão da cadeia de fornecimento e a garantia da qualidade de sementes híbridas ou insumos falsos, como sacos de fertilizantes cheios de areia ou pedras, é fraca ou praticamente inexistente.<sup>60</sup> Pequenos agricultores numa reunião de cartão de pontuação comunitária em Mchinji, no Malawi, também dizem que cerca de metade dos subsídios aos insumos são vendidos para outros e não são usados para o propósito pretendido.<sup>61</sup>

## Fracos serviços de extensão rural e foco nas mulheres

Reconhecida há muito como uma área de fraqueza<sup>62</sup>, a grande maioria dos pequenos agricultores entrevistados nas reuniões de cartão de pontuação comunitária no Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia afirmam que não tiveram nenhum acesso ou acesso adequado a extensionistas ou serviços de extensão rural e não receberam nenhuma assistência técnica ou orientação sobre o uso dos insumos do PSIA.<sup>63</sup> Os extensionistas rurais, invariavelmente, não tinham kit de análise do solo ou materiais para campos de demonstração, e raramente prestam assistência aos pequenos agricultores sobre alternativas mais baratas e mais sustentáveis, como a agroecologia, ou sobre a diversificação dos sistemas de cultivo. Os exercícios de cartão de pontuação comunitária no Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia constataram que os pequenos agricultores do sexo feminino, em particular, são raramente alvo de serviços de extensão rural, e as instituições relacionadas ao PSIA não recolhem dados desagregados sobre os beneficiários-chave, como raparigas, jovens, mulheres, viúvas, grupos vulneráveis e aqueles que vivem com deficiências ou com HIV/AIDS.

## Processo 4 – Gestão da integridade pública

Alguns mecanismos potencialmente úteis para assegurar a gestão da integridade pública dos PSIAs foram identificados em todos os quatro países, no entanto, nem todos os poderes estão a ser totalmente utilizados para combater o uso indevido, abuso, fraude ou corrupção. Conflitos de interesse na gestão pública dos PSIAs são frequentemente identificados em cada país, principalmente através de reportagens da comunicação social, mas nem todos são totalmente investigados ou resolvidos preventivamente. No Malawi, as investigações sobre corrupção são feitas pelo Gabinete de Combate à Corrupção, Auditor Geral, Secretário Principal e o Comité dos Assuntos Públicos, no entanto, os suspeitos são muitas vezes simplesmente transferidos pelo Governo para outras jurisdições.<sup>64</sup>

58 Vide: MIICO (2018) Fortalecimento da Responsabilidade Social e a Capacidade de Supervisão de Gestão de Recursos Públicos Baseada em Direitos no Programa de Saúde e Agricultura na África Austral, Distrito de Mbozi 20-23 de Março de 2018, MIICO: Dar-es-Salaam (disponível mediante o pedido); MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária (CPC) realizado no Conselho Municipal de Mbozi de 27 a 30 de Novembro de 2017, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); MVIWATA/ActionAid (2017) Relatório do Exercício do Cartão de Pontuação Comunitária de 4-6 / 12/2017, MVIWATA, Morogoro, Tanzânia (disponível mediante o pedido); PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido); ActionAid/ESAFF (2018) Relatório de Diálogo da Comunidade, Escola Comunitária de Nalwei, Zâmbia, 28 de Agosto de 2018, ActionAid/ESAFF; CSPR (2017) Relatório sobre a reunião de partes interessadas do distrito e o desenvolvimento do cartão de pontuação comunitária em Mongu, Sociedade Civil para Redução da Pobreza, CSPR: Lusaka (disponível mediante o pedido)

59 Escândalo de fertilizantes no Malawi: 1.610 sacos de areia encontrados no depósito de Admarc em Mzimba, Nyasa Times, Malawi, 28 de Novembro de 2012

60 PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido);

61 PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido);

62 Vide: NAO (2015) Auditoria de Desempenho da Prestação de Serviços de Extensão aos Agricultores na Tanzânia, Relatório do Controlador e Auditor Geral da República Unida da Tanzânia, Serviço de Nacional de Auditoria: Dar-es-Salaam: 'Corrigir os serviços de extensão agrícola discriminados para melhorar a produção agrícola, a CTPD pede ao governo.', Lusaka Times, 13 de Agosto de 2018

63 Vide: ActionAid/ESAFF (2018) Relatório de Diálogo da Comunidade, Escola Comunitária de Nalwei, Zâmbia, 28 de Agosto de 2018, ActionAid/ESAFF; CSPR (2017) Relatório sobre a reunião de partes interessadas do distrito e o desenvolvimento do cartão de pontuação comunitária em Mongu, CSPR: Lusaka (disponível mediante o pedido); MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária relativamente à prestação de serviços na Agricultura e Saúde no distrito de Mbozi, elaborado por Adam Siwungwa, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária (CPC) realizado no Conselho Municipal de Mbozi de 27 a 30 de Novembro de 2017, MIICO: Dar-es-Salam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); PSA/ActionAid (2018) Relatório do Cartão de Pontuação Comunitária Integrado sobre o Programa de Subsídios aos Insumos Agrícolas no Distrito de Mchinji, PSA/ActionAid (disponível mediante o pedido);

64 DCs transferidos, Ministro diz mudanças "normais", "Nyasa Times, Malawi, Tiwonge Kumwenda e Mphatso Nkhoma, 30 de novembro de 2016



De igual modo, o processo de concurso público para o PSIA na Zâmbia ainda é considerado altamente questionável, embora haja um Comité de Combate à Corrupção<sup>65</sup> e o Comité de Concurso e Defesa do Consumidor da Zâmbia tenha usado seus poderes no passado para multar duas empresas de fertilizantes em US\$ 20 milhões relativamente ao PSIA em 2013.<sup>66</sup> No entanto, alguns poderes legais fortes estão a ser usados. Pela primeira vez no sector agrícola em Moçambique, o directora executiva do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA) foi demitida pelo e condenada a 18 anos de prisão por fraude, corrupção e desvio de \$ 5,6 milhões de fundos do FDA, na sequência de uma investigação feita pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção.<sup>67</sup> De igual modo, no Malawi, o Ministro da Agricultura foi demitido pelo Presidente em 2017 após alegações de corrupção que envolvem envio de milho a partir da Zâmbia num escândalo de US \$ 35 milhões - conhecido como “*Maizegate*” - investigado pelo Departamento de Combate à Corrupção.<sup>68</sup>

### Processo 5 – Supervisão

A supervisão eficaz dos PSIA a níveis local, distrital e parlamentar varia entre os quatro países-alvo, e muito mais poderia ser feito para escrutinar as necessidades, planos e orçamentos e responsabilizar o Executivo. Na Tanzânia e na Zâmbia, os órgãos de supervisão, como comissões parlamentares relevantes ou comissões de assembleias locais, nem sempre escrutinam as avaliações das necessidades, os planos estratégicos e os orçamentos dos PSIA antes da aprovação.<sup>69</sup> Alguns parlamentares e conselheiros distritais da Zâmbia actualmente não têm habilidades para tal análise e, na maioria dos casos, as estimativas orçamentais são aprovadas conforme apresentadas pelo Ministério das Finanças.<sup>70</sup> No Malawi, as comissões parlamentares escrutinam as necessidades, planos e orçamentos antes de aprová-los, no entanto, os parlamentares dizem que não têm pesquisa independente e assistência técnica para se informarem plenamente.<sup>71</sup> Auditorias anuais de órgãos públicos e auditorias independentes de programas como os PSIA são realizadas e publicadas no Malawi, Moçambique e Zâmbia, embora as auditorias independentes sejam menos regulares na Tanzânia.

### Recomendações

A Parceria para Responsabilidade Social (PSA) destacou preocupações generalizadas dos pequenos agricultores relativas a planeamento, orçamento, gestão de desempenho, integridade pública e supervisão dos PSIA em grande escala no Malawi, na Tanzânia e Zâmbia. No curto prazo, os legisladores nacionais deviam abrir os PSIA para que as avaliações de necessidades, planeamento, orçamento e implementação reflectam de forma genuína as necessidades dos pequenos agricultores, incluindo mulheres, homens e jovens. A médio prazo, é necessária uma reorientação radical e os PSIA deviam diversificar-se para que os mesmos não se limitem ao modelo de agricultura de sementes híbridas e quimicamente intensiva para adopção de abordagens agroecológicas em escala. Devia ser fornecida uma assistência apropriada e de alta qualidade através de um apoio generalizado e sustentável para adopção de práticas agroecológicas, como compostos orgânicos, coabitação de culturas, cobertura permanente do solo, adubos verdes e estabelecimento de bancos de sementes comunitários sob o controlo de pequenos agricultores. Os legisladores nacionais e da SADC deviam também comprometer-se a materialização do direito à alimentação para todos e, assim, garantir uma maior participação, transparência e prestação de contas pelas estratégias nacionais abrangentes de alimentação e nutrição.

65 ACC Sonda Aquisição de Fertilizantes no âmbito do PSIA, 'Times of Zambia, Chusa Sichone, 7 de Janeiro de 2014

66 Vide: ACB (2015) Qual o caminho a seguir para os pequenos agricultores da Zâmbia: subsídios aos insumos da Revolução Verde ou agroecologia? Centro Africano para a Biodiversidade (ABC): Joanesburgo

67 Moçambique: Caso FDA - Setina Titosse Condenado a 18 anos, '21 de dezembro de 2017, All Africa

68 Relatório de Situação - Maizegate do Malawi, sem data, A2 Global Risks, vide: <https://bit.ly/2Uuhe9z>

69 Vide MIICO (2017) Relatório sobre o cartão de Pontuação Comunitária (CPC) realizado no Conselho Municipal de Mbozi de 27 a 30 de

Novembro de 2017, MIICO: Dar-es-Salaam, na Tanzânia (disponível mediante o pedido); PSA / MS TCDC / ActionAid Dinamarca (2016) Fortalecimento da Responsabilidade Social e Supervisão em Saúde e Agricultura na África Austral, Avaliação da Capacidade dos Parceiros de Responsabilidade Social, Relatório da Tanzânia, MS TCDC/ActionAid Dinamarca: Copenhaga, Dinamarca

70 PSA/MS TCDC/ActionAid Dinamarca (2016) Avaliação da Capacidade dos Parceiros de Responsabilidade Social, Relatório do País da Zâmbia, MS TCDC/ActionAid Dinamarca, Copenhaga, Dinamarca

71 Vide: PSA/MS TCDC/ActionAid Dinamarca (2016) Avaliação da Capacidade de Responsabilidade Social, Relatório do Malawi, MS TCDC/ActionAid Dinamarca: Copenhaga, Dinamarca; ActionAid Internacional (sem data) País de referência: Malawi, Sector de políticas: Agricultura, ActionAid Internacional: Joanesburgo (disponível mediante o pedido)

## Os legisladores dos governos nacionais nos Estados Membros da SADC deviam:

- Fazer compromissos constitucionais e legais para garantir a materialização do direito à alimentação e nutrição adequadas para todos;
- Cumprir com o compromisso da Declaração de Malabo, e progressivamente alocar orçamentos para a agricultura que de forma eficiente e eficaz alcançam a meta da Declaração de Malabo de pelo menos 10%, a fim de sustentar o crescimento do PIB agrícola anual desejado de pelo menos 6%. Além disso, recomenda-se que haja maior eficiência e eficácia na programação e na utilização do orçamento, como forma de garantir o retorno sobre o investimento;
- Alinhar os investimentos nacionais na agricultura com as prioridades dos agricultores e focar no financiamento de programas diversificados de apoio a pequenos produtores, como serviços de extensão, pesquisa, adaptação às mudanças climáticas e financiamento, apoio a insumos e melhorar o acesso dos agricultores ao financiamento e mercado;
- Apoiar o desenvolvimento e pesquisa agrícola inovadora, bem como a implementação de alternativas às sementes híbridas e à agricultura quimicamente intensiva, tais como (i) gestão integrada de pragas, (ii) uso de sistemas de sementes baseados na comunidade (iii) melhoria da fertilidade do solo através da matéria orgânica do solo e para (iv) facilitar a diversificação dos programas de apoio aos agricultores e o redireccionamento de fundos para a adopção de práticas agroecológicas;
- Fortalecer ou estabelecer pequenos agricultores e conselhos de alimentação e nutrição inclusivos das OSCs nos níveis distrital e sub-distrital para orientar, monitorar e supervisionar estratégias, planos, programas e orçamentos de alimentos e nutrição, como PSiAs;
- Estabelecer revisões dos PSiAs independentes por diversas partes interessadas no Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia para ajudar a diversificação dos PSiAs para que os mesmos não se limitem à agricultura de sementes híbridas e quimicamente intensiva para apoiar adopção de agroecologia em escala;
- Fortalecer e reorientar os serviços de extensão rural para as necessidades das mulheres rurais, raparigas, jovens, pessoas mais vulneráveis e pessoas com deficiências ou com HIV/AIDS;
- Realizar auditorias de desempenho de serviços de extensão agrícola para avaliar sua eficiência e eficácia na capacitação de pequenos agricultores, especialmente mulheres, para contribuir de forma sustentável para a realização de metas de segurança alimentar na região;
- Realizar auditorias forenses de todos os programas de apoio aos agricultores, com foco nos PSiAs, com o objectivo de identificar e abordar os pontos fracos do controlo interno sistemático que permitem o uso indevido de fundos.

## Legisladores e Estados Membros da SADC deviam:

- Responder às constatações do Relatório de Revisão Bienal Inaugural de Malabo de 2017 e acelerar os esforços para acabar com a fome na região até 2025 e assegurar a resiliência às alterações climáticas;
- Exortar os membros da SADC a cumprirem o compromisso da Declaração de Malabo e alocarem progressivamente pelo menos 10 % das despesas públicas para apoio à agricultura e nutrição adequadas e de alta qualidade até 2025 e garantirem o desembolso total e atempado dos orçamentos alocados;
- Encorajar o Fórum Parlamentar da SADC a formar uma Frente Parlamentar contra a Fome baseada no direito à alimentação e nutrição na região da SADC, baseada nos modelos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da América Latina e Caraíbas (LAC);
- Encorajar os membros da SADC a adoptarem um quadro de direito à alimentação e nutrição em todas as novas ou futuras revisões das políticas ou estratégias de alimentação e nutrição da SADC;
- Operacionalizar o Comité Directivo Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC que inclui equilíbrio do género, pequenos agricultores e OSCs, formado durante o Fórum de Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC no Malawi em 2014, para aconselhar sobre políticas e estratégias regionais de alimentação e nutrição;
- Responder aos resultados do Relatório Bienal Inaugural de Revisão de Malabo de 2018 e acelerar os esforços para acabar com a fome na região até 2025 e garantir a resiliência às mudanças climáticas;
- Encorajar os membros da SADC a diversificarem os PSiAs para que os mesmos não se limitem à agricultura de sementes híbridas e quimicamente intensiva para apoiar a adopção de abordagens de agroecologia em escala.



Eastern and Southern Africa Small Scale Farmers' Forum (ESAFF)  
Morogoro Postal Building, Old Dar es salaam Road/Kitope Road Plot No 63/18, Zone ii  
P.O. Box 1782, Morogoro – Tanzania, [www.esaff.org](http://www.esaff.org)

